



VOTO VISTA AO PROJETO DE LEI Nº 0363/2021

“Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no Estado de Santa Catarina.”

Autor: Deputado Fabiano da Luz

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0363/2021 de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no Estado de Santa Catarina.”

O Projeto de Lei foi lido no Expediente desta Casa Legislativa no dia 28 de setembro de 2021, sendo posteriormente encaminhado para esta Comissão, na qual foi designado à relatoria da matéria a Deputada Paulinha, nos termos do art. 130, VI, do Regimento Interno.

Foi efetuado Requerimento de diligência, o qual foi respondido no dia 12 de abril de 2022. Na resposta constam os pareceres da PGE e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Economico Sustentável.

A Relatora apresentou parecer **FAVORÁVEL** e, deste Parecer, pedi vistas para analisar melhor a matéria.

É o breve relatório.

II – VOTO

Inicialmente, quanto aos aspectos regimentalmente afetos a este Colegiado, quais sejam, da juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, não observei obstáculo à tramitação da matéria neste Parlamento.

Entretanto, no âmbito do interesse público, que permeia todas as Comissões pelas quais os projetos devem tramitar, entendo que o Projeto de Lei em



tela visa promover como política de Estado uma série de objetivos e metas que possuem pontos controversos como será exposto a seguir.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Sustentabilidade

Em 1987, a Organização das Nações Unidas definiu a sustentabilidade como “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” em um evento sediado na Noruega. Coordenado pela então primeira-ministra do país, ele deu origem ao Relatório Brundtland, conhecido também como Nosso Futuro Comum. Dentre as medidas propostas no relatório, estava a da limitação do crescimento populacional.

A Agenda Verde

Em “Por trás da Máscara Verde: Agenda 21 das Nações Unidas”, a democrata Rosa Koire discorre sobre o funcionamento da agenda:

“ Um dos elementos de um novo estado de direito é a criação de uma nova linguagem para acompanhar. Chamado de “jargão”, esse novo vocabulário tem um significado diferente para aqueles que o conhecem do que você entenderia apenas vendo ou ouvindo essas palavras. Quase todas as profissões têm seu jargão, mas os implementos da Agenda 21 da ONU contam com a obscuridade de suas definições para evitar que você fique alarmado.

Habitável. Percorrível. Vibrante. Bicicleta. Consenso. Conversação. Progressivo. Comunidade. Diversidade. Pegada de carbono. Inteligente. Visão. Verde. Partes interessadas. Regional Sustentável. Palavras



da moda e slogans são usados como tags para manipulá-lo. Ao ouvir jargões como esse, você está sendo condicionado a apoiar e aceitar o projeto ou plano ao qual está vinculado sem questioná-lo. Essas palavras, por seu uso regular na mídia e aceitação implícita por seus colegas, indicam que algo é popular. São palavras da moda dos designers. Jargão que foi criado para ajudá-lo a sentir que pertence às massas, que ganhará aceitação ao participar. A palavra “consenso”, por exemplo, é definida em meu dicionário como “Uma opinião ou posição recapitulada por um grupo como um todo”. Na lista de elementos vitais do Conselho Presidencial de Desenvolvimento Sustentável para incorporar em suas recomendações, eles incluíram esta declaração:

“Somos um novo processo de decisão colaborativo que leva a melhores decisões, mudanças mais rápidas e uso mais sensato de recursos humanos, naturais e financeiros para alcançar nossos objetivos”.

Um novo processo de decisão colaborativo. A nova definição de consenso é a neutralização da oposição expressa. Na velha maneira de fazer as coisas, a maneira democrática, uma questão é apresentada aos eleitores e eles a votam diretamente, ou eles têm um representante que analisa as questões, as debate publicamente e depois vota. Se os eleitores não estiverem satisfeitos com o resultado, eles podem iniciar um referendo ou eliminar o representante.

O novo consenso não permite dissidência real. Não pode haver oportunidade para falha na implementação da Agenda 21. De fato, os secretários de gabinete relataram que poderiam implementar aproximadamente dois terços das recomendações do Conselho Presidencial de Desenvolvimento Sustentável administrativamente. No entanto, não é desejável que você perceba que não está tendo escolha nas questões mais importantes de sua vida, então você tem a ilusão de que está tomando decisões por si mesmo. “

Como podemos ver, embora haja um debate social em torno desse tipo de agenda, sua imposição se dá de maneira vertical, com slogans muito bem trabalhados em cima de questões que ninguém em sã consciência seria contrário. Sabendo que no campo geopolítico existem apenas interesses, pautas como zerar o carbono e outras podem servir de maneira a escamotear o interesse de frear países emergentes ante seus concorrentes já desenvolvidos.

Santa Catarina

Em 2019, o então Governo Moisés recuou na assinatura da Agenda 2030 por uma questão de pressão e coesão para com as pautas antiaborto e contrárias ao globalismo . Ainda assim, no mesmo ano, o governador tentou emplacar



uma nova política tributária sobre os defensivos agrícolas e acabou tendo que recuar diante da insatisfação do agro e da sociedade civil organizada, que, juntos, lotaram esta casa legislativa .

Experiência similar, porém, catastrófica, aconteceu na Holanda. Diante da meta do governo holandês de reduzir as emissões de óxidos de nitrogênio e amônia em 50% até 2030, seria necessário reduzir em 30% o número de animais de pecuária. Uma das medidas cogitadas foi a desapropriação de fazendas. Os tribunais do país emitiram ordens com curto prazo para que o problema fosse solucionado, pondo em risco, assim, não apenas as gerações atuais de agricultores, bem como as futuras .

Outro exemplo trágico foi o da Alemanha: por conta da obsessão dos planejadores centralizados com as escolhas que deveriam caber ao mercado, o controle de geração de energia entrou de tal modo na onda verde que centrais nucleares passaram a ser sistematicamente desativadas. Mesmo com os subsídios, as energias renováveis passaram a não dar conta da demanda. Com os custos de reforma energética e reestruturação beirando um trilhão de euros para se adequar a Agenda 2030, a Alemanha se viu encurralada ao depender de fontes renováveis pouco confiáveis. Resultado: foi forçada a construir inúmeras usinas de carvão em substituição a energia nuclear desativada, sujando o planeta em nome da energia limpa. Vale lembrar que em 2018 o país destruiu uma floresta de 12 mil anos e inúmeros vilarejos para a extração de carvão .

A hipocrisia daqueles que deveriam ser exemplo se traduz até mesmo nos encontros pelo clima. Foi o que aconteceu quando mais de 400 jatinhos levaram ativistas pró-clima para a COP27, sendo que a emissão de gases do efeito estufa com viagens de aviões particulares é de 5 a 14 vezes maior do que a média por passageiros em aviões de carreira. Esse padrão duplo é explícito quando países como a Noruega – onde houve a conferência em prol da sustentabilidade – angaria países para o Fundo Amazônia pelo combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável ao passo em que uma gigante mineradora do país possuía um duto clandestino para lançar rejeitos nas nascentes amazônicas . Embora imbuída de boas intenções, tais políticas de preservação e fundos internacionais pelas florestas – em especial a amazônica – refletem o objetivo contido no relatório “Fazendas aqui, Florestas lá”. Produzido por uma ONG ambientalista, o relatório foi financiado pelo agronegócio americano. Nele, a conservação florestal é apenas um



pano de fundo para que o Brasil e demais países concorrentes sigam desindustrializados e sem poder explorar seus territórios.

Por fim, mas não menos importante, o relatório A Primeira Revolução Global , publicada por especialistas do Clube de Roma , principal think tank ambientalista, diz o seguinte:

Em busca de um novo inimigo para nos unir, viemos com a ideia de que a poluição, a ameaça do aquecimento, escassez de água, fome e coisas do gênero dariam conta do recado. Em sua totalidade e em suas interações esses fenômenos constituem uma ameaça comum que exige a solidariedade de todos os povos. Mas, designando-os como inimigos, caímos na armadilha sobre a qual já alertamos, ou seja, confundir sintoma com causas. Todos esses perigos são causados pela intervenção humana e é somente através atitudes e comportamentos alterados que podem ser superados. **O verdadeiro inimigo, então, é a própria humanidade.**

Pelo exposto, com base nos regimentais arts. 72, I e XV, 144, I, parte inicial, 145, caput (competência exclusiva da CCJ e da CFT para examinarem pareceres terminativos da tramitação de proposições, admitindo sua continuidade, ou não), 209, I, parte final, e 210, II, voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **REJEIÇÃO** da continuidade da regimental tramitação do Projeto de Lei nº 0363/2021 por falta de interesse público para a aprovação da matéria.

Sala da Comissão,

Deputada Ana Campagnolo
Relatora

Relatora